

Coordenação de

José Ramiro Pimenta João Sarmento Ana Francisca de Azevedo

G E O G R A F I A S P Ó S - C O L O N I A I S

Ensaio de Geografia Cultural

Ana F de Azevedo
James D Sidaway
João Sarmento
José R Pimenta
Marcus Power
Matthew Gandy
Richard Phillips

As geografias culturais pós-coloniais

José Ramiro Pimenta
João Sarmento
Ana Francisca de Azevedo

Como é óbvio, não pode existir
epílogo nem ponto final para uma
estória que começa por portanto.

PEPETELA
A Geração da Utopia.

O pós-colonialismo em Geografia

O ‘pós-colonialismo’ emergiu nas últimas décadas do século XX como problemática cultural através da qual se reorganizam as categorias da diferença e alteridade. Dinamizando os debates em torno das políticas de lugar e de representação, a problemática pós-colonial decorre de uma profunda transformação nas instâncias de produção da subjectividade bem como de movimentos político-intelectuais implicados com a autorização de diferentes posicionalidades. Comumente associada aos trabalhos desenvolvidos no âmbito dos Estudos Literários e Culturais, esta problemática surge como preocupação central para as mais diversas áreas; na Antropologia e na Sociologia, na História e na Geografia. Sustentando uma teoria cultural crítica que agita o mundo académico, a problemática pós-colonial permitiu a organização de um paradigma dentro do qual se revêem experiências de colonização e se reorganizam os processos que resultam de diferentes momentos de descolonização formal. Mais do que uma reflexão sobre o ‘encontro colonial’ como elemento determinante para a constituição do sujeito do humanismo, o paradigma pós-colonial encontra-se comprometido com “a crítica, a exposição, a desconstrução, a contra-posição, e a transcendência das presenças e dos legados culturais e ideológicos do imperialismo” (Sidaway, 2002:13). As condições de debate são, por isso, complexas

e revestidas de tensões que não podem ser descoradas.

Num primeiro plano, tais condições aglutinam aspectos raciais e de género, questões de corpo e identidade, as quais assumem visibilidade renovada pela força das perspectivas marginais e subalternas que forçam a reconsideração das visões situadas sobre as quais se ergueram os domínios de um propalado conhecimento universal. A revisão dos textos e discursos do colonialismo configura-se como uma prática que é mais do que uma teoria, é a experiência de autorização de novas subjectividades. Num outro plano, as condições de debate num presente pós-colonial configuram a emergência de espaços radicalmente novos que desafiam as fronteiras de uma metageografia global. A amplitude da agenda pós-colonial não é por isso susceptível de mapeamento breve. Ao envolver uma multitude de esforços de reposicionamento, esta agenda alerta, antes de mais, para a armadilha do Eu e do Outro, enquanto dicotomia presa a categorias imperialistas que prevalecem no momento presente. Trata-se, desde logo, de lançar as bases para a afirmação de novas políticas de lugar e, por isso, a agenda pós-colonial é intrinsecamente geográfica.

Por se encontrar profundamente implicado com as contradições do poder imperial moderno, o discurso pós-colonial é frequentemente orientado para a análise das feridas sócio-culturais resultantes da ‘naturalização’ de uma geografia total. Neste sentido, geógrafas e geógrafos encontram-se hoje envolvidos em programas de ‘desnaturalização’ das modernas narrativas espaciais, ampliando a proposta pioneira de Edward Said de recolocação do imaginário geográfico ocidental. Mais do que engrossar um paradigma de desenvolvimento que em grande medida surge como uma das mais aguçadas instâncias de persistência da ideologia imperial, as geografias pós-coloniais põem sob escrutínio textos e discursos assentes sobre uma ontologia e uma epistemologia que veio servir para legitimar a expansão do colonialismo europeu e a consolidação de uma economia capitalista mundial. O modo como diversos investigadores deitaram mão à tarefa de compreensão do colonialismo e projectos sucessores, reflectindo as origens disciplinares do pós-colonialismo e o poder analítico dos Estudos Literários e Culturais, indica ainda um

denunciado envolvimento com o pós-estruturalismo e com a crítica feminista. Estão dentro destes casos os trabalhos de autoras como Susan Smith, Bell Hooks, Iris Marion Young, Audrey Kobayashi, entre muitos outros. Operando a desconstrução do fabrico cultural dos textos e discursos do colonialismo, tais abordagens debruçam-se ainda sobre a descodificação dos sistemas de signos geográficos que sustentam imagens de um espaço uniforme e coerente. Os métodos e técnicas desenvolvidos neste âmbito vêm ampliar uma tradição de estudos críticos assentes sobre metodologias de investigação qualitativa e hermenêutica ao nível de estudos mais específicos. A um nível mais abrangente, e ainda dentro da geografia académica, as obras de Derek Gregory e Felix Driver, Jane Jacobs e Peter Jackson, A. Appadurai e G. Spivak, consolidaram o ponto de viragem para o paradigma pós-colonial. Neste quadro, a revisão das teorias e das práticas sobre as quais se alicerçou a geografia moderna, funciona como porta de entrada para a exploração de outros paradigmas relacionais gerados pela articulação de subjectividades críticas e criativas. Donde a centralidade das teorias da comunicação em todo este processo, por se tratar de uma revolução ao nível das ideias que é retro-alimentada pelo universo das práticas vivenciadas do quotidiano. A ênfase na perspectiva de “outros inesperados” (Trinh Minh-ha) prende-se com a necessidade de suplantar as visões parciais dentro das quais se ergueu o moderno retrato-mundo, catapultando as congeminações heideggerianas para esferas alternativas do ser com o outro. Não é já, e portanto, da captura do exótico para quadros de inteligibilidade racional tornados manifestos por cartografias de localização radicadas num modelo de espaço abstracto e em teorias miméticas de representação, aquilo de que se trata. Não se trata de adaptar identidades alternativas e de fronteira a um mapa estático das nações e dos impérios dentro do qual localizações absolutas e relativas justificam o entrincheiramento da tomada de decisões sobre territórios e ‘recursos’. Trata-se, isso sim, de recolocar a ciência como “cultura pública” (Haraway 2004) ao serviço dos movimentos de remapeamento dos “lugares-entre” (Bhabha 2004) que emergem pelo acto de habitação dos sujeitos pós-coloniais. À semelhança daquilo que aconteceu em outros momentos históricos,

a geografia encontra-se envolvida num ‘período de reconhecimento’ (Livingstone 1992) dos mundos de experiência, ao qual as categorias tradicionais fragilmente dão resposta. E, ainda que útil, a metáfora da hibridação talvez não seja recurso suficiente para a compreensão destes mundos e da terra incógnita dentro da qual nos movemos, porque está demasiado presa a categorias formais do natural e da natureza. A ruptura dos binómios espaço/lugar, sujeito/objecto, natureza/cultura, natural/artificial, branco/preto, entre tantos outros, inaugura este esforço de reconhecimento tornado tensor pelo convencionalizado “exterior constitutivo”.

Irradiando das instâncias de produção do conhecimento local, as geografias pós-coloniais são geografias corporizadas, localizadas num tempo e lugar específico que se encontram implicadas em programas políticos concretos. O carácter revisionista destes programas colide com o carácter universalizante da anterior geografia colonial dentro da qual, de uma maneira ou de outra, se procedeu ao levantamento e sistematização dos ‘objectos’ dos impérios.

A tradição geográfica colonial

A tradição geográfica colonial portuguesa não se esgota na produção dos investigadores e centros de investigação institucionalmente adstritos à Universidade. Se este é o contexto privilegiado em que nos iremos mover nos parágrafos que se seguem, tal deve-se sobretudo à necessidade de trazer para o debate académico as etapas de formação da ciência geográfica como projecto institucional no seio da vida social e conjuntura política do tempo a que pertence. Assim, no domínio das relações coloniais, não se esquece que múltiplas instituições contribuíram decisivamente para a produção científica da Geografia, de que os exemplos da Sociedade de Geografia de Lisboa ou a Junta de Investigações do Ultramar não são das menos importantes. A estas e a outras semelhantes se fará a referência necessária quando ilustrem as relações estabelecidas entre as faces política e intelectual dos programas de investigação — contudo, frisamos, será sobretudo em redor das obras produzidas em contexto académico que se desenhará o essencial deste retrato das geografias coloniais portuguesas.

A evolução do programa de investigação colonial na Geografia portuguesa, se apresenta algumas linhas de continuidade, deve ser compreendido não apenas na sua dinâmica interna mas também nas relações íntimas que estabelece quer com o pensamento geográfico internacional, e as diversas propostas paradigmáticas que nele têm origem, quer com a dinâmica propriamente histórica e geopolítica que a Europa e Portugal em particular mantêm com os territórios ultramarinos que estão sob a sua jurisdição. O século vinte é um tempo de profundas mudanças políticas: vê despoletarem-se duas guerras mundiais, triunfar uma revolução socialista que viria a exportar um modelo de governação e de recolonização para quase metade do mundo, e a ascensão do poder atlântico norte-americano como a maior potência do Ocidente, retirando à Europa um protagonismo indiscutido de quase cinco séculos; finalmente é o século que, na sua parte final, verá reproduzir-se, sobretudo em África, uma vaga independentista que a América colonial havia conhecido muito tempo antes – porém a tentação de comparar estas duas recusas do poder colonial europeu não resiste a uma crítica mais aprofundada que revela serem afinal bem diferentes: a segunda atinge mais radicalmente o magma das relações humanas internacionais.

O período de tempo que corresponde à afirmação da Geografia colonial científica em Portugal estende-se desde os fins do século dezanove até pelo menos o terceiro quartel do seguinte. Trata-se de um período de tempo dilatado que vê assistir a importantes modificações sociais, políticas e epistemológicas no contexto geral da sociedade e em particular na Universidade e evolução paradigmática da disciplina. Dos ímpetus racialistas (não necessariamente racistas) das formulações ao redor do tema da aclimação colonial por parte de Silva Telles, até à minuciosa caracterização regional das terras altas da Huíla de Carlos Alberto Medeiros (1976) – talvez o último grande estudo em moldes de uma propriamente chamada ‘Geografia colonial’ (Ribeiro 1981: 125) – desdobra-se um processo interno de evolução da relação estabelecida politicamente entre a metrópole e os territórios sob a sua jurisdição, de que a renominação de ‘colónias’ em ‘províncias ultramarinas’ ilustra exemplarmente e, ao mesmo tempo, uma substituição dos programas de investigação da

disciplina da Geografia, na qual vemos perderem predominância os temas em redor da caracterização racial efectuados a grande escala para vermos surgir a preferência epistemológica pelos estudos regionais, multiformes e de proximidade.

Na segunda metade do século dezanove a metáfora darwinista tornou-se a principal analogia interpretativa do mundo natural e social, ainda que não com a extensão e intensidade que a história da ciência normalmente lhe atribui. Neste contexto, fortemente impregnado de biologismo, os conceitos de ‘raça’ e ‘meio natural’ tornaram-se centrais nas diversas propostas interpretativas da Natureza e do Homem, e sendo especialmente eficiente no seio das disciplinas que, como a Geografia, se dedicavam a estudar fenómenos de intersecção desses dois universos. Também a Geografia portuguesa haveria de participar amplamente nesse movimento de fundo, sobretudo a partir do momento em que, com Silva Telles, a Geografia académica se institucionaliza em Portugal.

Silva Telles (1860-1930) foi o introdutor do ensino superior da Geografia em Portugal, tendo ocupado a primeira cátedra de Geografia no então Curso Superior de Letras de Lisboa, instituição que viria a consubstanciar-se, já sob a égide da República, na Faculdade de Letras de Lisboa; o investigador continuaria, de resto, o seu magistério na nova instituição. Não contando com a efêmera instituição de um programa doutoral de Geografia na primitiva Faculdade de Letras do Porto, de que seria titular A. Mendes Correia, Silva Telles é, até à titulação de Amorim Girão, o único geógrafo académico em Portugal a cobrir o período correspondente às primeiras décadas do século vinte (Ribeiro 1989).

Além de professor catedrático da Faculdade de Letras, Silva Telles era também membro efectivo da Sociedade de Geografia de Lisboa, e é nesta dupla condição que havemos de compreender a sua intervenção no domínio da Geografia colonial. Impulsionou e secretariou os primeiros Congressos Coloniais patrocinados por aquela relevante instituição, e neles apresentou a sua visão do problema da relação da disciplina que cultivava com os problemas específicos que a jurisdição de territórios distantes e de clima

‘impróprio para a raça branca’ impunham à organização económica do vasto ‘império português’.

Não é este decerto o lugar para apresentar com minúcia todos os pormenores de um programa de investigação vasado nos moldes das teorias racialistas do tempo de Silva Telles (cf. Pimenta 2004). Contudo, basta uma leitura atenta do seu ‘Ensino colonial universitário’, breve estudo, quase um ‘manifesto científico’, apresentado em 1924 no 2.º Congresso Colonial, para que tenhamos a noção exacta de duas realidades da ciência geográfica de então e do contexto colonial da sua aplicação: por um lado, de que quase nada se havia feito até então, no sentido de tornar efectiva uma prática científica geográfica das zonas intertropicais; por outro lado, a mútua interdependência das margens política e intelectual do programa de investigação:

Em Portugal, depois dos ideais expostos no 1.º Congresso Colonial, promovido pela Sociedade de Geografia de Lisboa, a necessidade do ensino colonial passou a ser reconhecido por todos. Foram criadas a Escola de Medicina Tropical e a Escola Colonial, organizaram-se cursos especiais no Instituto Superior de Agronomia e nas Faculdades de Direito. Foi um movimento realmente notável de que a Sociedade de Geografia tem todo o direito de se orgulhar. (...) Mas todo este movimento a favor da instrução colonial tem já perto de um quarto de século. Depois, nada mais fizemos. (...) Não há altos estudos coloniais em Portugal, embora tenhamos todos os elementos necessários para a sua organização. Os altos estudos coloniais devem porém estar em simbiose com a constituição de um quadro especial dos funcionários coloniais. Seja qual for a profissão, seja qual for a qualidade do emprego nas Colónias, sem uma preparação prévia feita em escolas, continuaremos como até hoje, enviando para as Colónias quem não tenha dado provas de saber o que elas são. (Teles 2004: 190)

O primeiro ‘centro de interesse’ da Geografia colonial portuguesa, e esta quase exclusivamente saída da investigação de Orlando Ribeiro, prende-se com os estudos sobre a ‘expansão portuguesa’.¹ São trabalhos de escala planetária, que dependem à vez com a

escassez de dados concreta no que então respeitava aos territórios ultramarinos e com o tipo de preocupações de tom mais ‘teleológico’ da obra do autor, em estrita semelhança com os estudos que, pela mesma altura, dedicava à ‘formação de Portugal’. ²

Desde logo, porém, foram reconhecidas as evidentes lacunas no que respeitava aos factos materiais dos territórios ultramarinos, o que veio a dar origem a uma Geografia colonial mais concreta, e cuja ‘difusão’ pelo mapa conceptual parece replicar as próprias etapas da expansão portuguesa pelo mundo.

Talvez não seja de estranhar, por isso mesmo, que os primeiros estudos dedicados a territórios não metropolitanos se venham a fixar nas ‘avançadas insulares’ que ligam a Europa a África e à América, gerando uma série de estudos sobre os arquipélagos atlânticos, e de que o estudo sobre a ilha da Madeira constitui como que o seu exemplar primeiro (Ribeiro 1949).

Segue-se-lhe aquele que virá a constituir o tema de investigação porventura mais importante (pelo menos em termos de uma ‘tautologia’ da portugalidade) da produção da escola geográfica ribeiriana – o Brasil. Existem, a nosso ver, duas margens conceptuais e afectivas na Geografia colonial portuguesa, com origem nos trabalhos de Orlando Ribeiro, e que se insinuam igualmente no fundo mais geral da memória colectiva da cultura portuguesa, que se prendem a uma valorização alternativa – utópica e distópica – dos dois territórios que mais fundamente haveriam de marcar a consciência colonial, e pós-colonial, do pensamento colectivo dos portugueses: Brasil e Angola. Neste contexto, ambos funcionam como ‘modelos’ de uma relação polarizada com o sucesso e com o fracasso da relação dos Portugueses com o seu ‘império’. E ainda que tenhamos a noção precisa que aquele investigador não fazia obedecer a geografia concreta dos territórios, e a sua história, a preconceitos deterministas, cremos que, ainda assim, é impossível não detectar na sua ‘psicologia de pesquisa’, uma valorização moralmente efectiva da relação multicultural que acreditava se poder reconhecer nas relações entre Portugal e Brasil. ³

Quando o mundo ocidental deu conta, com horror, do modo como

os desvarios retóricos das teorias da racialidade haviam dado lugar a programas efectivos de aniquilamento de parte da Humanidade tendo como suporte a cor da pele ou a pertença étnica, de imediato as ciências sociais foram abandonando progressivamente os fundamentos biologistas da metáfora darwinista aplicada à esfera dos fenómenos humanos. Uma vaga de espiritualismo filosófico, que já se havia insinuado nas primeiras décadas do século, foi sendo olhada como uma epistemologia possível de redenção. Abandonasse a pequena escala que explicava o mundo ‘de uma só vez e sob um único ponto de vista’ (determinismo) e incide-se a atenção prioritariamente nos espaços de proximidade, das escalas maiores, ‘topográficas’, nas quais se pode tentar compreender a relação íntima que se tece entre todos os factores presentes na constituição de uma ‘região’.

Na Geografia portuguesa, este é o momento em que precisamente se haveriam de estabelecer as duas grandes escolas académicas de Geografia, a de Coimbra, sob a autoridade de Amorim Girão, e a de Lisboa, recriada e tornada internacionalmente reconhecida pelo esforço de investigação de Orlando Ribeiro. Se a escola coimbrã privilegiou nos seus programas de investigação o reconhecimento regional do Portugal metropolitano, e apenas episodicamente fez incidir a atenção sobre os problemas coloniais,⁴ a escola de Lisboa, e muito especialmente sob a atenção e direcção do seu director, empreenderam um programa completo e minucioso da Geografia dos territórios ultramarinos (Amaral 1979).

Se observarmos com atenção a evolução das publicações dedicadas a temas de Geografia colonial portuguesa, verificamos, sem surpresa, que este programa de investigação, se contém uma relação privilegiada com as relações políticas e administrativas que a metrópole ia estabelecendo com os territórios distantes, revela igualmente uma morfologia que vai variando ao longo do tempo, ainda que algumas linhas estruturais se mantenham desde o início até ao fim da sua existência.

Os problemas prementes que a reorganização geopolítica saída da Segunda Guerra Mundial veio a gerar, obrigaram a uma política efectiva de (re)ocupação dos territórios sob jurisdição portuguesa que

até então era, em extensas áreas, apenas nominal. É neste contexto que se devem compreender as ‘missões geográficas’ que o poder político outorga à Universidade, e de que são exemplos as que vão ser levadas a cabo na Guiné e na Índia (e.g. Ribeiro 1950, 1956). De novo ‘a cartografia da expansão’ se replica na produção académica da Geografia, e vemos, a seguir ao ‘povoamento conceptual’ das Ilhas Atlântidas e do ‘achamento’ do Brasil, uma política dirigida ao ‘reconhecimento territorial’, profundo, dos primeiros destinos das viagens joaninas. Iniciar-se-ia então, um programa de pesquisa que, com diversos graus de intensidade e percorrendo desigualmente os territórios ultramarinos, tinha como objectivo último o reconhecimento integral dos territórios intertropicais que constituíam o fundamento do ‘império português’ e, subsidiariamente, de uma Geografia colonial associada.

O programa de investigação geográfica do ‘zonalismo intertropical’ levado a cabo pela Geografia portuguesa até ao momento da descolonização é variado, nos temas, nas abordagens e nas escalas utilizadas (Daveau e Ribeiro 1973). Ainda assim, existem algumas linhas de tendência mais fortes que devem ser destacadas.

Por um lado, é necessário fazer referência à ‘economia’ do programa de investigação. A distância a vencer pelos investigadores que se deslocavam aos territórios que queriam reconhecer podia ser de poucas centenas de quilómetros, em Cabo Verde, até metade da orbe terrestre, no caso de Macau e Timor. Não é, assim, de estranhar que estes dois territórios, apesar de terem sido objecto de trabalhos específicos no âmbito da Geografia (Brito 1964, 1971), tenham sido preteridos em favor de territórios mais próximos. Ver-se-á, porém, que esta geografia da distância se apoia numa outra, de ordem geopolítica, que não é menos operante na distribuição geográfica dos estudos coloniais.

Por outro lado, e não querendo simplificar as componentes de um programa de investigação multiforme, no qual, por exemplo, a Geografia urbana adquire especial importância, é significativo o esforço que se dedica aos estudos de geomorfologia, e que não tem paralelo em nenhum outro subdomínio da Geografia física dos

territórios ultramarinos (e devemos recordar que a climatologia havia sido o mais importante subdomínio da Geografia física no contexto da Geografia colonial oitocentista).⁵ Não temos a intenção de desenvolver especulações desnecessárias sobre o significado preciso deste tipo de incidência relativa, mas dado o número de estudos que se dedica ao problema da colonização efectiva dos territórios através da agricultura, pensamos que não é um puro acaso.

Finalmente, detecta-se uma relação desigual, propriamente geográfica, dos estudos aferidos aos diversos territórios que nos parece provir das relações geopolíticas da organização metropolitana dos territórios ultramarinos no contexto internacional. Impressiona, pela quantidade e qualidade de estudos que lhe são dedicados, a proeminente posição de Angola. Nenhum outro território, nem talvez a soma de todos os outros, pode recobrir a bibliografia geográfica que se lhe dedica. E para compreender o lugar especial que este território cumpre na história da Geografia colonial portuguesa, talvez não exista melhor interlocutor que o próprio Orlando Ribeiro, através do livro que, no rescaldo da descolonização, dedica ao ‘fracasso da sua colonização’ (Ribeiro 1981).

Para Orlando Ribeiro a geografia da relação africana, ao contrário da que havia sido feita na América e na Índia, é a de uma colonização ‘ignara’. O poder político incipiente, a mentalidade das élites locais, a negação sistemática aos africanos de lugares de prestígio ou pelo menos de algum bem estar económico na pirâmide social colonial são, para o geógrafo metropolitano, a causa principal da desastrosa descolonização e do carácter impiedoso que lhe estará associada. Não cabe aqui uma análise minuciosa das diferenças entre as colonizações levadas a cabo por portugueses nos diversos continentes em que dominou terras e gentes. Mais importante do que destacar os excessos possíveis de idealismo histórico que fazem comparar factos com centenas de anos de permeio, e territórios com histórias colectivas distintas, o que nos importa neste passo voltar a sublinhar é a relação ‘afectiva’ que a Geografia (e mais vagamente a cultura portuguesa) estabelece com este espaço distópico que é Angola. No momento especialmente traumático da descolonização,

bem como na recomposição afectiva que se lhe seguiu, Angola, o seu destino recente, o ciclo infernal da pobreza, guerra e corrupção, funciona como um *speculum* da ambiguidade que Portugal e os Portugueses estabelecem como seu próprio passado – como antes, um futuro que fica por cumprir.

Hoje não tem sentido falar de uma Geografia colonial; uma renovação semântica acompanha o ‘postcolonial turn’, e o nome de ‘Geografia tropical’ recolhe no essencial os programas de investigação que cabiam àquela tradição. A guerra que eclodiu na maior parte dos territórios africanos, e que em alguns deles ainda se perpetua, terá contribuído inclusivamente para fazer desaparecer os traços materiais da presença de ‘colonizadores’ brancos em terras africanas, e por isso, alguma dessa Geografia já só poderá um dia ser revista ‘arqueologicamente’ (Daveau 2005: 29).

A relação entre a Europa e a África é agora de uma natureza diferente. ‘Lá’, desapareceu a odiosa presença administrativa colonial, a ‘permanente interposição do mundo branco entre as culturas negras’ (Fanon apud Bhabha 2004: 339); outras formas menos visíveis, mas tão ou mais insidiosas de exploração, foram constituídas. ‘Cá’, uma imensa emigração africana, pobre e desfavorecida, refaz em sentido inverso a dinâmica de expansão europeia dos séculos anteriores; ela permite, apesar de tudo, um encontro profícuo de culturas, de geografias e de mundos. Lá e cá, tem-se cada vez mais a noção de que o problema do desenvolvimento não se resume afinal a um problema de côr – e abandonar esta dicotomia é a condição inicial, a primeira exigência de uma geografia pós-colonial.

Estudos pós-coloniais: uma panorâmica actual em Portugal

Seria audacioso da nossa parte tentar resumir em poucas páginas as diversas abordagens realizadas em Portugal no campo dos estudos pós-coloniais. Iremos assim tão-somente identificar e brevemente comentar estruturas e instituições científicas que constituem lugares de produção deste conhecimento científico.⁶

Naturalmente começamos pelo Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), Laboratório do Estado, organismo que teve origem na Comissão de Cartografia, criada em 1883. É um Instituto que

se dedica ao Saber Tropical, desenvolvendo investigação científica tropical nas áreas das Ciências Humanas e Naturais. Tendo uma herança centenária de investigação tropical, e servindo actualmente de apoio a um conjunto vasto de investigadores através do seu Arquivo Histórico Ultramarino e do Centro de Documentação e Informação, o IICT poderia, segundo algumas opiniões, convergir para um centro académico agregador dos estudos pós-coloniais realizados em Portugal (ver Hespanha, 2007).

Em Portugal, os estudos pós-coloniais, por quase se confundirem com o pós-colonialismo ‘do espaço da língua oficial portuguesa’ e com a lusofonia, para alguns uma invenção que tenta devolver um espaço perdido (Margarido 2000), ou mesmo um ‘império perdido’ (Lourenço 2002), encontram-se bastante presentes nos centros de Estudos Africanos, se bem que por vezes é difícil traçar a fronteira entre o que é ou não estudo pós-colonial no conjunto de investigações com temáticas sobre a cooperação e desenvolvimento, dinâmicas religiosas, sustentabilidade e desenvolvimento rural.

Existem três centros principais de Estudos Africanos (alguns dos quais incluem também estudos sobre outras partes do mundo, especialmente a América Latina e a Ásia). O Centro de Estudos Africanos (CEA) do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), já com 17 anos de existência, tem uma produção extensa, editando a revista ‘Cadernos de Estudos Africanos’ desde 2001. Entendidos os estudos pós-coloniais pela perspectiva teórica e metodológica, e não pelo período temporal no qual são realizados ou pelos espaço-objects dos mesmos, é forçado indicar que a maioria dos trabalhos produzidos são pós-coloniais. Lendo o relatório de avaliação do financiamento plurianual de 2007 da Fundação para a Ciência e Tecnologia (disponível em www.fct.mctes.pt), o painel de avaliação mostrou-se “impressed by the researchers efforts to make the indigenous voices of Africa heard over and above the noise of eurocentric analytical concepts as well as by the implication of African scholars in the Centre’s work.” Esta é, claramente, uma das premissas mais fortes do projecto pós-colonial.

O Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP), a funcionar desde 1997, realizou já sete edições do Mestrado

em Estudos Africanos, e publica desde 1999 a revista científica *Africana Studia* (em 2006 contava com 9 números). Tem editado ainda livros em papel e electrónicos e working papers. A revista é eclética, convocando autores das Ciências Sociais, da História e da Economia, que abordam diversos temas desde a identidade nacional em Angola, Moçambique e São Tomé, à história e problemática da escravatura no continente africano.

Dos cinco temas de investigação para 2007-2010, três relacionam-se com o desenvolvimento – água como recurso, sustentabilidade e cooperação, um com a História do trabalho forçado africano e um último está implicado com a identidade e conflito na África sub-sahariana. No âmbito dos trabalhos produzidos pelo Centro destacamos, pela sua maior proximidade com os contornos deste livro que apresentamos, o trabalho de Ana Frade (2007) que expõe uma análise de duas visões literárias (Pepetela e de Mia Couto) da corrupção nos estados pós-coloniais de Angola e Moçambique, e o trabalho de Ana Ribeiro (1999), sobre a imagem de África na literatura portuguesa depois de 1974.

O Centro de Estudos sobre África e o Desenvolvimento do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) do Instituto Técnico de Lisboa é muito mais um centro preocupado com questões de desenvolvimento económico e social de países em desenvolvimento, com especial relevo para a Ásia. No entanto, desenvolve presentemente o projecto ‘Nação e Narrativa Pós-colonial’, cujo objectivo se prende com os tipos de representações/imagens da nação e das identidades que são propostas pelas narrativas pós-coloniais angolana e moçambicana. É assim explorado o papel da narrativa contido em várias vertentes de escrita (romance, conto, crónica, história de vida, testemunho), bem como a produção paratextual, na construção e desconstrução de conceitos como nação, diáspora, migração, pós-nacionalidade, configurando e disfigurando identidades.

Outros centros onde existe investigação de estudos pós-coloniais são o Centro de Estudos Africanos Manuel Viegas Guerreiro, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (com diversos centros de investigação sobre África e Ásia), e o

Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta.

Fora do âmbito dos centros de estudos africanos, encontramos abundante investigação de estudos pós-coloniais no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (Laboratório Associado). Este centro, liderado por Boaventura Sousa Santos, tem tido um papel de destaque no desenvolvimento dos estudos pós-coloniais em Portugal, e oferece inclusivamente um programa de doutoramento em ‘Pós-colonialismos e Cidadania Global’. O projecto ‘As vozes do mundo’, que envolveu intelectuais de seis países em quatro continentes (Portugal, Colômbia, Brasil, Índia, Moçambique e África do Sul) teve por um lado o objectivo de realizar uma cartografia dos novos movimentos sociais situados fora do contexto do centro económico e cultural capitalista, e por outro o de formular elementos de uma nova teoria social, a partir da experiência diversa da periferia.

Os trabalhos centram-se em torno de um vasto conjunto de experiências inéditas nos domínios das acções de democracia participativa, gestão ecológica da biodiversidade, assentamentos de reforma agrária, produção de conhecimento novo e sistematização de sabedorias de culturas situadas à margem da racionalidade ocidentalizante, etc. Este trabalho vem ajudar na construção do que Sousa Santos apelida de ‘epistemologia do Sul’, isto é, uma teoria crítica construída com base na experiência da realidade do Sul, necessariamente uma experiência pós-colonial. Sousa Santos tem desenvolvido um projecto em torno de uma necessidade do pós-colonialismo permitir, não apenas a desconstrução e auto-destruição do Sul enquanto imperial, mas também identificar a profundidade da presença do colonialismo enquanto relação social nas sociedades do Norte.

Para Sousa Santos, o pós-colonialismo deve referir-se ao “conjunto de correntes teóricas e analíticas, com forte implantação nos estudos culturais, mas hoje presentes em todas as ciências sociais, que têm em comum darem primazia teórica e política às relações desiguais entre o Norte e o Sul na explicação ou na compreensão do mundo contemporâneo” (Santos 2004: 8). Desta forma, é significativa a crítica que faz ao viés culturalista dos estudos pós-coloniais, que

segundo Sousa Santos (2004), apesar de constituir um corpus de investigação importante, pode correr o risco de ocultar ou esquecer a materialidade das relações sociais e políticas que tornam possível a própria reprodução desses discursos, ideologias e práticas simbólicas

De entre as várias ideias e trabalhos de Sousa Santos, a de ‘cosmopolitanismo subalterno’ (herdeiro em parte das ideias de Gramsci) parece-nos ser de grande utilidade na Geografia contemporânea, e em particular na Geografia Cultural, por incidir sobre perspectivas que procuram identificar e analisar movimentos de resistência a práticas hegemónicas da globalização neoliberal, às que subjaz uma forme espacialidade.

Um outro local de produção de estudos pós-coloniais é o Centro de Estudos de Antropologia do ISCTE, no qual uma das cinco linhas de investigação se intitula ‘Estudos Coloniais e Póscoloniais’, dirigida por Rosa Perez. Têm sido desenvolvidos diversos estudos e projectos sobre migrantes timorenses e hindus residentes em Portugal, analisando questões de identidade, etnicidade, adaptação e transnacionalismo. O centro publica ainda a revista semestral ‘Etnográfica’ desde 1997 com 22 números.

Por fim, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (Laboratório Associado) têm sido desenvolvidos diversos trabalhos sobre a identidade nacional e a lusotopia. João Pina Cabral (2005), por exemplo, discute a pós-colonialidade em Moçambique através da análise de duas obras literárias, focando os conceitos de ‘fraternidade’, ‘alteridade’ e ‘autoctonia’.

Dos Estudos Literários, Antropologia e Sociologia têm surgido posições que apelam a uma narrativa da diferença. Narrativa essa que defende que o pós-colonialismo de expressão portuguesa não se deve entender através uma arqueologia da sua nostalgia imperial e colonizadora, mas que terá que assumir como legítimas as narrativas que vêm das margens, e que, gritantemente, mostram que o pós-colonial não é exclusivamente o literário, o económico, e o político, mas é, com toda a sua contundência, o quotidiano dos que vivem, trabalham, e alimentam o dia-a-dia do território português, numa busca não preguiçosa de reparar os seus “pontos cegos” (Medeiros, 2007).

Conclusão

A presente publicação nasce da necessidade acusada de expandir o debate relativamente àquilo que é ou poderá ser a Geografia em contextos pós-coloniais. Representando algumas das problemáticas centrais que têm vindo a desenvolver-se não só em Geografia mas também nos Estudos Culturais, este livro reflecte o trabalho da teoria cultural pós-colonial por parte de geógrafas e geógrafos. Aglutinando as tensões entre pós-colonialismo e capitalismo global, os diferentes artigos analisam as formas materiais e discursivas de persistência das relações de poder colonial.

Ana Francisca de Azevedo remete o leitor para questões complexas como as que vão da organização do próprio paradigma pós-colonial (e, malheureusement, da sua institucionalização), à tentativa de escritas geográficas das novas e armadilhadas nações pós-coloniais.

Richard Phillips examina a cartografia da sexualidade no contexto da sociedade vitoriana, a partir da leitura contextual do explorador e autor de literatura viagens, Richard Burton, que foi também o tradutor (e introdutor) das *Mil e Uma Noites* e do *Kamasutra* na sociedade londrina dos fins do século dezanove.

José Ramiro Pimenta defende que o modo de produção colonial dominante durante todo o século dezanove se articula com a representação das geografias imaginárias do passado, atribuindo às personagens históricas atributos de oposição estrutural próprias das relações racializadas do presente oitocentista.

James Sidaway e Marcus Power analisam as relações entre as narrativas geopolíticas e visões de portugalidade, com especial atenção para o período pós-1945, no contexto das relações entre o ‘colonial’ e o ‘pós-colonial’ e as articulações Este-Oeste e Norte-Sul nos discursos geopolíticos no século XX e das manifestações contemporâneas de imperialismo.

João Sarmento apresenta uma discussão do processo histórico e da dinâmica actual da construção da identidade timorense, com base na revisão do significado da religião, da língua e das múltiplas relações com a paisagem e a terra.

Matthew Gandy analisa criticamente discursos pós-modernos sobre o urbanismo de cidades do Sul centrando-se em Lagos, capital

da Nigéria, e argumentando a necessidade de contextualizar os processos urbanos na geopolítica global.

Os coordenadores têm a noção de que este livro apresenta algumas assimetrias de tratamento que fazem dele um conjunto de estudos mais dirigido a modos de representação da relação pós-colonial, do que às instâncias materiais dessa constituição. Seria desejável que uma obra desta natureza incidisse a sua atenção igualmente sobre os modos de produção concreta das múltiplas relações pós-coloniais, sobretudo das expressões contemporâneas de neocolonialismo. Essa intenção, esperam os editores, poder concretizá-la numa outra série de estudos dedicada a este tema.

Poderiam as contribuições que compõem este livro ter tido origem numa geografia mais alargada e, sobretudo, ter contemplado autores oriundos de diversas regiões do mundo, dando assim origem a uma vasta convocação de identidades e problemáticas. Ainda assim, este livro não prescinde da sua afirmação como obra inserida na visão pós-colonial, dentro da qual cada um de nós experimenta um complexo processo de reposicionamento.

Este é assim o primeiro contributo a que nos propomos neste livro — a aproximação da Geografia portuguesa a problemáticas pós-coloniais que são já correntes quer no pensamento geográfico internacional quer em diversas disciplinas das ciências sociais e humanas em Portugal.

Notas

- ¹ Os principais estudos de Orlando Ribeiro sobre o tema da expansão portuguesa seriam reunidos em *Aspectos e problemas da expansão portuguesa* (1962). ² O primeiro dos estudos consagrado a este tema seria a conferência proferida em Bruxelas, no Instituto de Cultura Portuguesa: *La formation du Portugal* (1939). ³ O primeiro título do autor sobre o Brasil tem a data de 1942: 'Brasil, a terra e o homem', *Brasília*, I, p. 377-397. ⁴ Contudo, a escola de Coimbra não deixou de desenvolver trabalho sobre estes temas (cf. Campar de Almeida et al. (2003: 309-347). Também, um dos nomes maiores da Geografia coimbrã e portuguesa, Fernandes Martins, levou a cabo uma extensa investigação em Moçambique. ⁵ Neste contexto é necessário referir a investigação independente de Suzanne Daveau, com

origem na tradição tropicalista da Geografia francesa e fruto de uma longa permanência na África ocidental, que viria a associar-se aos programas de investigação da Geografia portuguesa a partir da década de sessenta (cf. Pélissier 1997). ⁶ Uma simples pesquisa bibliográfica no Sistema Integrado das Bibliotecas da Universidade de Lisboa usando dois centros de investigação de referência do nosso país indicam um possível desequilíbrio existente na investigação do tema pós-colonial na Geografia e nas demais Ciências Sociais. Assim, usando o índice de pesquisa e a palavra-chave ‘Pós-colonial’ no Centro de Estudos Geográficos e no Instituto de Ciências Sociais, ambos da Universidade de Lisboa, nota-se uma ausência do tema no primeiro centro e uma relativa abundância no segundo (77 entradas para ‘pós-colonial’ e 41 para ‘pós-colonialismo’).

Bibliografia

- Amaral, I. (1979). *A ‘Escola Geográfica de Lisboa’ e a sua contribuição para o conhecimento geográfico das Regiões Tropicais*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- Bhabha, H. (2004). *The location of culture* (reimp.). London e New York: Routledge p. 339.
- Brito, R. S. (1964) *Imagens de Macau*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- Brito, R. S. (1971) ‘Ocupação do solo no Timor português’. *Geographica*, 27, p. 2-29;
- Campar de Almeida, A., A. Gama, F. D. Gravidão, L. Cunha e R. Jacinto (2003). *Fragments de um retrato inacabado*. Coimbra: Reitoria da Universidade de Coimbra.
- Daveau, S. (2005). ‘Contribuição notável para a Geografia da colonização’. *Finisterra* XL (79), p. 29-33.
- Daveau, S. e O. Ribeiro (1973). *La Zone intertropicale humide*. Paris: A. Colin.
- Frade, A. M. D. (2007) *A Corrupção no Estado Pós-Colonial em África. Duas Visões Literárias*. Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto; Porto. [disponível em www.africanos.eu]
- Hespanha, A. M. (2007) ‘Portugal e as infra-estruturas da investigação pós-colonial’ *História*, 93 Janeiro.
- Lourenço, E. (2003); ‘Os girassóis do império’ in M-C. Ribeiro e A. P. Ferreira (orgs.) *Fantasma e Fantasias Imperiais no Império Português Contemporâneo*. Campos das Letras, Porto.
- Margarido, A. (2000). *A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses*.

- Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa.
- Medeiros, C. A. (1976). *A colonização das terras altas da Huila (Angola)*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- Medeiros, P (2006) 'Apontamentos para Conceptualizar uma Europa Pós-Colonial'. In Manuela Ribeiro Sanches (ed.), *Portugal não é um País Pequeno*, p. 339-356, Lisboa, Edições Cotovia.
- Pélissier, P. (1997). 'L'étape africaine d'une carrière géographique'. *Finisterra* XXXII (63), p. 55-58.
- Pimenta, J. R. (2004). 'Introdução'. In F. X. da Silva Telles, *Obras de Silva Telles. A Ciência Geográfica*. Lisboa, Associação Portuguesa de Geógrafos, p. I-XXIX.
- Pina Cabral, J. (2002) 'Dona Berta's garden: reaching across the colonial boundary'. *Etnográfica*, Lisboa, v. 6, n. 1, pp.77-91
- Pina Cabral, J. (2005) 'Crises de Fraternidade: Literatura e Etnicidade no Moçambique Pós-Colonial', *Horizontes Antropológicos*, 11 (24), p. 229-253
- Ribeiro, A. C. (1999). 'A melancolia dos percursos: África na Literatura Portuguesa Pós-25 de Abril'. *Africana Studia*, 1, pp.205-231.
- Ribeiro, O. (1939). *La formation du Portugal*. Bruxelas: Instituto de Cultura Portuguesa.
- Ribeiro, O. (1942). 'Brasil, a terra e o homem', *Brasília*, I, p. 377-397.
- Ribeiro, O. (1949). *L'Île de Madère*. Lisboa: UGI (livro-guia do Congresso Internacional de Geografia de Lisboa).
- Ribeiro, O. (1950). 'Missão de Geografia à Guiné em 1947'. *Anais* (Junta de Investigações Coloniais), V (iii), p. 3-23;
- Ribeiro, O. (1956). *Inquérito das aldeias de Goa*. Goa: Missão Geográfica da Índia.
- Ribeiro, O. (1962). *Aspectos e problemas da expansão portuguesa*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar (1962).
- Ribeiro, O. (1981). *A colonização de Angola e o seu fracasso*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Ribeiro, O. (1989) 'Silva Telles, o introdutor do ensino da Geografia em Portugal'. In *Opúsculos, II – Pensamento Geográfico*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 141-161.
- Santos, B. S. (2004). *Do Pós-moderno ao Pós-Colonial. E para além de um e outro*, Conferência de Abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra 16-18 Setembro.
- Teles, F. X. da Silva (2004). 'Ensino colonial universitário: altos estudos coloniais' (ed. original de 1924). In *Obras de Silva Telles. A Ciência Geográfica*, p. 187-190. Lisboa, Associação Portuguesa de Geógrafos.